

Documentação
CB
Fonte
Data 10/12/2000 Pg 25
Class. 627

CORREIO BRAZILIENSE

BRASIL

Brasília, domingo, 10 de dezembro de 2000

25

ALTO PARAÍSO

Parte de assentamento quase abandonado pelo Incra agora serve ao vice-prefeito, ao secretário de Educação e ao presidente da Câmara dos Vereadores. Para piorar, alguns estão cultivando em área de reserva ambiental

Políticos grilam terra

Cristina Ávila
Enviada especial

Alto Paraíso — Parte das terras do município goiano, conhecido por acolher seguidores de doutrinas espirituais, está sendo invadida. E por quem deveria delas zelar. O vice-prefeito da cidade, Sílvio Alves Ferreira, o secretário de Educação, João Norberto Neto, e o presidente da Câmara dos Vereadores, Joaquim Garcez de Mendonça, ocuparam ilegalmente um assentamento de agricultores e foram notificados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para deixar o local em 15 dias.

O assentamento localiza-se em um vale com córregos e cachoeiras de águas cristalinas na Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso, a 30km da zona urbana. Foi criado por decreto em 1993, em terras desapropriadas da Fazenda Esusa, para 222 famílias. Porém, somente 44 foram assentadas. Destas, apenas nove permaneceram no local. As demais simplesmente abandonaram ou venderam seus lotes, já que não tinham nenhuma assistência do Incra.

Os invasores mais endinheirados fizeram, então, queimadas e derrubaram árvores para a construção de cercas e já começam a trabalhar na terra. Marta Sarmiento, técnica da superintendência do Incra do Distrito Federal e Entorno, lembra que, segundo o Estatuto da Terra, os

Lindauro Gomes 8.12.00



ÁREA CULTIVADA ILEGALMENTE PELO VICE-PREFEITO DE ALTO PARAÍSO: "COMPRI UMA POSSE DE NOVE ANOS"

assentamentos não podem ser ocupados por pessoas com cargos públicos, empresários ou por quem tenha renda superior a três salários mínimos. "Além disso, as invasões estão em áreas de reserva ambiental do assentamento", ressalta ela.

Marta Sarmiento informa que nos próximos dias será publicada uma portaria no Diário Oficial da União — já assinada pelo superintendente regional do Incra, Raimundo Cardoso de Freitas, nomeando um grupo de tra-

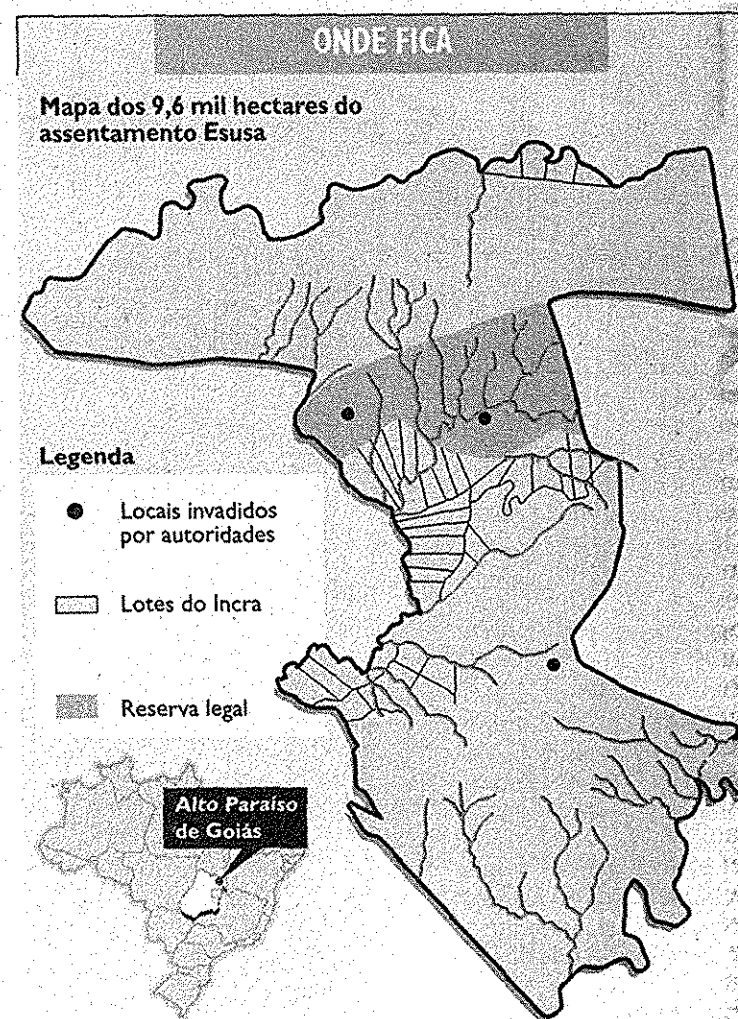
balho para estudar a destinação do assentamento.

O grupo será integrado por órgãos da União, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais de Goiás, Universidade de Brasília e Fundo Mundial para a Natureza (WWF). "A idéia é criar uma unidade de conservação dentro do assentamento, que é vizinho ao Parque Nacional Chapada dos Veadeiros", diz Roseli Madeira, coordenadora de Agroecologia, Extrativismo e Áreas Protegidas do Programa Chapada dos Ve-

adeiros da organização não-governamental WWF.

NEGAÇÕES E QUEIXAS

As autoridades de Alto Paraíso negam ser invasoras. "Sou possessor há 24 anos, o Incra chegou lá há seis. Não invadi. Nunca desmatei, nem fiz queimada", defende-se o presidente da Câmara, Joaquim Garcez de Mendonça. Embora esteja em área desapropriada pelo Incra, tenta justificar: "Essa terra era de um possessor do primei-



ro dono da terra, antes da terra ser da Fazenda Esusa. O possessor morou ali oito anos. E o irmão do cunhado dele me deu. Estou na posse há 16 anos", alega.

O argumento do vice-prefeito, Sílvio Ferreira, não é muito diferente. "Em janeiro de 1998, comprei uma posse de nove anos", diz. Ele alega que está esperando decisões da Justiça sobre a terra. Ferreira refere-se a uma ação judicial que tramita em Goiás, impetrada pelo Incra. A União pagou a desapropri-

ção por 13,8 mil hectares e, na hora de pôr marcos de delimitação, descobriu que a área era de 9,6 mil hectares. Uma parte das terras destinadas a assentamento de 222 famílias sumiu. E o Incra está reclamando na Justiça o que falta. O secretário de Educação, João Norberto, apenas diz que o Incra está querendo se redimir de uma série de erros. "Está buscando um bode expiatório. Tenho documento comprovando que em 1992 comprei uma posse de três anos."